

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CEL/FMS Nº 125/2020

O **Fundo Municipal de Saúde de Gravata**, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia – Gravata – PE, inscrito no CNPJ sob o nº **10.710.822/0001-10**, neste ato representado pelo Secretário de Saúde o Sr. **LUIZ RIBAMAR SANTOS DE MELO**, Brasileiro, Portador da Cédula de Identidade nº 4.808.878 – SDS/PE, e do CPF/MF sob o nº 995.985.404-30, residente e domiciliado em Recife/PE, nos termos do que dispõem as Leis 8.666/93 e 10.520/02 e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 027/2020 – Processo Licitatório nº 029/2020**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, **SHIFT COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO E PAPELARIA EIRELI**, inscrito no CNPJ sob Nº **31.059.319/0001-16**, com sede na Rua Ananias Lacerda de Andrade, nº 68, Loja 01, Jardim Caetes, Abreu e Lima/PE, CEP: 53.560-550, aqui representada por **MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF sob nº 707.456.414-15, portadora da cédula de identidade nº 237809975 – SSP/PE, residente e domiciliada na 2ª Travessa Edylasio de Lima Mendes, nº 68, Bairro Novo, Olinda/PE, CEP: 53.1302-22. Declarando desde já que os ratifica e se compromete a mantê-los durante a vigência da ATA, consoante às seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

A Formação de registro de preços para eventual aquisição, sob demanda, de Equipamentos e Suprimentos de Informática, conforme especificações e quantitativos descritos no termo de referência, para atender as demandas da infraestrutura de dados das unidades de saúde vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Gravata.

- 1.1. Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma Ata de Registro de Preços com o objeto em epígrafe encontra fundamento no Decreto Municipal nº 016/2018, uma vez que, trata-se de fornecimento com contratações frequentes e previsão de entregas parceladas, com remuneração estipulada em unidades de medida.
- 1.2. A existência de preços registrados não obriga o Fundo Municipal a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

2. DOS PREÇOS

- 2.1. O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) itens(s)/lote(s) de acordo com os seguintes preços:

SHIFT COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO E PAPELARIA EIRELI CNPJ Nº 31.059.319/0001-16						
Lote	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
19	CABO DE REDE TIPO GIGALAN, CAT6 23 AWG, 4 PARES CM ROHS, RJ45. TRANÇADO UTP. HOMOLOGADO ANATEL. CX COM 305 METROS.	UNIDADE	10	FURUKAUA	R\$ 536,63	R\$5.366,30
21	CONECTOR RJ45 CAT6, BLINDADO. MACHO. GIGALAN.	UNIDADE	1000	FURUKAUA	R\$ 0,92	R\$ 920,00
22	CONECTOR RJ45, CAT5, MACHO. TERMOPLASTO, CONECTOR BRONZE, ISOLAMENTO DE ATE 500M.	UNIDADE	2000	FURUKAUA	R\$ 0,58	R\$ 1.160,00
23	TESTADOR DE CABO RJ45, RJ11, A PILHA/BATERIA, LEDS INDICADORES, TESTE DE CONTINUIDADE, ACOMPANHA BOLSA DE ARMAZENAMENTO.	UNIDADE	2	IMPORT	R\$ 158,24	R\$ 316,48
24	MULTIMETRO DIGITAL, TENSÃO DE ATÉ 1000V, VISOR LCD, 4000 CONTAGENS, ALIMENTAÇÃO A PILHA, OPERAÇÃO DE 0º A 40º, SEM CONDENSÇÃO, FAIXA DE 40MO, OPERAÇÃO 2000M, ARMAZENAMENTO 12000, FUSIVEL COM PROTEÇÃO, GARANTIA 12 MESES	UNIDADE	2	MULTILASER	R\$ 271,41	R\$ 542,82
					VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 8.305,60	

- 2.2. O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é considerado completo, ou seja,

CEL - Comissão Especial de Licitação /FMS - Fundo Municipal de Saúde
Rua Coronel Gustavo Borba, nº 490, Santa Luzia, Gravata/PE, CEP: 55.642-550 Email:
celgravata@yahoo.com/Fone: (81) 3563.9024



abrange todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte, ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o objeto;

- 2.3. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preço ofertado **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 027/2020**, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;
- 2.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;
- 2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- 2.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:
 - 2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - 2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.8. Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;
- 2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual **CONTRATANTE**;
- 2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.11. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual (PE) nº 12.525/2003, aplicado ao caso por analogia em face a omissão de previsão na legislação municipal

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. Apenas o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ/PE;
- 3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do objeto licitado, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Municipal nº 016/2018
- 4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas



com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

- 4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;
- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

5. DA(S) CONVOCAÇÃO(ÕES) PARA A(S) ASSINATURA(S) DO(S) CONTRATO(S)

- 5.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato ou entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito;
- 5.2. A recusa injustificada da empresa Detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pelo Fundo Municipal, além do cancelamento do registro do fornecedor, em consonância com o disposto no edital que deu origem a essa Ata;
- 5.3. A contratação será precedida da inscrição do licitante no Registro Cadastral do Município e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato;
- 5.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa Detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

- 6.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período;
- 6.2. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, e subsequentes alterações, e no Edital; no entanto, tratando-se de fornecimento com execução imediata e integral, poderá ser aplicado, a critério do Fundo Municipal, o que determina o §4º do artigo 62 da Lei de Licitação;
- 6.3. Em sendo formalizado o contrato, tendo em vista o disposto no item anterior, ele terá vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.
- 6.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 6.5. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do contratual ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

7. DA VALIDADE DOS PRODUTOS REGISTRADOS

- 7.1. O objeto fornecido deverá atender os requisitos de validade exigidos pelos órgãos de fiscalização oficiais;
- 7.2. Estando os Equipamentos e Suprimentos de Informática, com a qualidade comprometida, a Detentora da Ata deverá fornecer novos produtos no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sem quaisquer custos adicionais;
- 7.3. Os Equipamentos e Suprimentos de Informática, somente serão aceitos se fornecidos com validade no mínimo de



12 meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;

- 7.4. Para fins e recebimento de todos os produtos licitados, será considerado como pré-requisito o peso, unidade e qualidade dos produtos registrados, em total correspondência as especificações previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 027/2020 – Processo Licitatório CEL/FMS nº 029/2020**;

8. DA ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

- 8.1. A entrega será integral de acordo com o quantitativo estabelecido em cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão solicitante, devendo ser observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de fornecimento pela **CONTRATADA**;
- 8.2. A Empresa **CONTRATADA** deverá providenciar o fornecimento dos itens solicitados no local e horário estabelecidos na solicitação/autorização de fornecimento formal, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**;
- 8.3. O objeto proposto neste documento deverá ser entregue adequadamente de modo a manter sua integridade física, e será recebido da seguinte forma:
- 8.3.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos **Equipamentos e Suprimentos de Informática** recebidos com as especificações requisitadas;
- 8.3.2. Definitivamente, pelo servidor designado, após a verificação da qualidade e quantidade dos **Equipamentos e Suprimentos de Informática** recebidos, e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório;
- 8.4. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas nos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 8.5. Serão observados os seguintes critérios na verificação do produto:
- 8.5.1. Compatibilidade dos itens com as exigências do edital;
- 8.5.2. Consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, nº do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.);
- 8.6. Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os **Equipamentos e Suprimentos de Informática**, entregues em desacordo com as especificações exigidas neste documento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 05(cinco) dias corridos, a contar da sua notificação formal, sem ônus para o **CONTRATANTE**;
- 8.7. Será considerada recusa formal a não substituição dos **Equipamentos e Suprimentos de Informática**, após 05(cinco) dias corridos do prazo da sua rejeição ou devolução;
- 8.8. Serão recusados os **Equipamentos e Suprimentos de Informática**, que não satisfizerem às especificações ou apresentem qualquer vício, devendo os valores correspondentes serem glosados;
- 8.9. O fornecedor se compromete a reparar os danos e sanar todos os vícios do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como aos parâmetros descritos por este registro de preços;
- 8.10. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
- 8.11. Somente será aceito o fornecimento feito de acordo com o contido nas especificações do Edital e Termo de Referência;
- 8.12. A **CONTRATADA** deverá entregar a Nota Fiscal, regularmente, correspondente ao quantitativo dos **Equipamentos e Suprimentos de Informática** entregues;
9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
- 9.1. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão **CONTRATANTE** e, também, pelo Fundo Municipal, devendo a Detentora da Ata fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, após o recebimento da solicitação;



- 9.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;
- 9.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão **CONTRATANTE** que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;
- 9.4. A Detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria Municipal de Saúde, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 10.1. A Secretaria Municipal de Saúde, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:
 - 10.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;
 - 10.1.2. Providenciar a publicação inicial do extrato da Ata de Registro de Preços;
 - 10.1.3. Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;
 - 10.1.4. Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;
 - 10.1.5. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preços;
 - 10.1.6. Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES

- 11.1. O órgão ou entidade **CONTRATANTE** deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Registro de Preços, Edital e anexos, obrigando-se, ainda, a:
 - 11.1.1. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão **CONTRATANTE** que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;
 - 11.1.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, após o cumprimento das formalidades legais;
 - 11.1.3. Comunicar à Detentora da Ata as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
 - 11.1.4. Atestar a qualidade e quantidade dos produtos fornecidos pela empresa Detentora da Ata;
 - 11.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora da Ata.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

- 12.1. A **CONTRATADA**, obriga-se, ainda, a:
 - 12.1.1. Entregar, em 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da autorização de fornecimento, o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso, nos termos das contratações levadas a efeito;
 - 12.1.1.1. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;
 - 12.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto licitado, observadas as especificações, normas e outros detalhes que integram a Ata;
 - 12.1.3. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados e prepostos, as normas estabelecidas neste Termo de Referência;
 - 12.1.4. Repor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;
 - 12.1.5. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão **CONTRATANTE**, relativamente ao objeto da Ata;
 - 12.1.6. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata;



- 12.1.7. Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;
- 12.1.8. Manter, durante o prazo de vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativas à licitação da qual decorreu o Registro de Preços, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no Registro Cadastral do Município de Gravata/PE, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à **CONTRATADA**;
- 12.1.9. Fornecer o objeto do Registro de Preços atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Edital e anexos;
- 12.1.10. Assumir inteira responsabilidade do fornecimento, devendo os **Equipamentos e Suprimentos de Informática**, entregues receberem prévia aprovação do órgão CONTRATANTE, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 12.1.11. Emitir relatórios gerenciais à Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços, sempre que solicitado e no prazo estabelecido na solicitação, no qual deverão constar: os órgãos solicitantes, os itens adquiridos e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias a critério do Fundo Municipal;
- 12.1.12. O relatório gerencial deverá estar acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e com arquivo em meio magnético com formato XLS contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;
- 12.1.13. Indicar funcionário responsável, com poderes legais para assinar Atas de Registro de Preço, respondendo por toda e qualquer questão relativa ao fornecimento aos órgãos participantes, disponibilizando, para tanto, telefone fixo, telefone celular e e-mail para futuros contatos, sempre atualizados;
- 12.1.14. Apresentar Nota fiscal/fatura correspondente aos fornecimentos realizados;
- 12.1.15. Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições dispostas no Termo de Referência.

13. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. – Os pagamentos pelos **Equipamentos e Suprimentos de Informática**, adquiridos serão efetuados conforme demanda, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da fatura ou nota fiscal, devidamente atestado por servidor responsável da Secretaria de Saúde do Município de Gravata, especialmente designado para tal finalidade;

13.2. - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** cuja situação irregular ou enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

13.3. - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no subitem 13.1 e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

<u>Sigla</u>	<u>Significado / Descrição</u>
EM	Encargos Moratórios.
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP Valor da parcela a ser paga.
TX	Percentual da taxa anual = 6%
I	Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: $I = \frac{TX}{100}$ $I = \frac{6}{100}$ $I = 0,0001644$
	365 365
TX	Percentual da taxa anual = 6%

13.3. O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE, de acordo com normas jurídicas vigentes e em conformidade com as Leis Estaduais (PE) nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003 e nº 12.932, de 05 de dezembro de 2005, aplicado ao caso por analogia em face a ausência de Legislação Municipal.



14. DAS PENALIDADES

14.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Gravata/PE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 14.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 14.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. Falhar na execução do contrato;
- 14.1.4. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- 14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.6. Não manter a proposta;
- 14.1.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- 14.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 14.1.9. Fizer declaração falsa.

14.2. Para condutas descritas nos subitens 14.1.1, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7; 14.1.8 e 14.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

14.2.1. A licitante que não manter a proposta, nos termos da legislação vigente, será penalizada com multa, no percentual de 1,0% a 5,0% (um a cinco por cento) do valor ofertado pela empresa, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, em caso de reincidência;

14.2.2. A licitante que não manter a proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Gravata/PE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

14.3. O retardamento da execução previsto no subitem 14.1.2, estará configurado quando a **CONTRATADA**:

14.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de fornecimento;

14.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidas no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

14.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 14.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 14.7.

14.5. A falha na execução do contrato prevista no subitem 14.1.3 estará configurada quando a **CONTRATADA** se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na TABELA 03 do item 14.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a TABELA 01 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

TABELA 01

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.6. O comportamento previsto no subitem 14.1.5 estará configurado quando a **CONTRATADA** executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

14.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o Fundo Municipal aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 02

Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação



3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação

TABELA 03

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

- 14.8. A sanção de multa poderá ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 14.1 desta cláusula.
- 14.9. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a **CONTRATADA** cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;
- 14.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP;
- 14.11. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado;
- 14.12. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;
- 14.13. Decorrido o prazo previsto no item 14.12, o **CONTRATANTE** encaminhará a multa para cobrança judicial;
- 14.14. O Fundo Municipal poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.



15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, logística (carregamento e descarregamento do material), comissões, pessoal, embalagem, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;
- 15.2. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital do **Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 027/2020** e nos termos da legislação pertinente;
- 15.3. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da **CONTRATADA**, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.1.1 Não se aplicará o cancelamento por motivo de recuperação judicial, de que trata o item anterior, caso a empresa detentora da ata já tenha tido o plano de recuperação homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações assumidas.

17. DA SUCESSÃO

- 17.1. Este Registro de Preço obriga as partes **CONTRATANTES** e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

18. DA PUBLICAÇÃO

- 18.1. Esta Ata de Registro de Preço terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

19. DO FORO

- 19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gravatá/PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

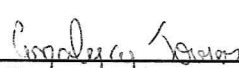
Gravatá, 07 de outubro de 2020.



LUIZ RIBAMAR SANTOS DE MELO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE


MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS
SHIFT COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO E
PAPELARIA EIRELI
CONTRATADA


JOSÉ DAVID GIL RODRIGUES FILHO
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

TESTEMUNHAS:

1- 
Nome: Ingridy Tavares
CPF nº. 100 715 61471

2- 
Nome: Pedro Diniz
CPF nº 123 120 694 23

Serviço Notarial

BU FRANCISCO GOMES FERREIRA - Tabelião
CONCEIÇÃO PATRÍCIA LOUREIRO SOUZA - Tabelião Substituto
ANTÔNIO LEITE LOUREIRO NETO - Tabelião Substituto
JOSE ERIVALDO LOPES GOMES - Tabelião Substituto

Francisco Gomes
Tabelião Público
3º Ofício de Notas de Olinda - CEP 53030-010

Francisco Gomes

3º Ofício de Notas de Olinda

Avenida Getúlio Vargas, nº 904 - Bairro Novo - Olinda - Pernambuco - Brasil - CEP 53030-010
Fones: (81) 3429.0481 - 3439.1202 - Fax: (81) 3439.4002 - E-mail: cartoriofranciscoegomes@hotmail.com

TRASLADO PRIMEIRO

Livro nº 231-P

Fls. nº 098 à 099

I NSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO, QUE FAZ: SHIFT COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO E PAPELARIA EIRELI, NOS TERMOS COMO LOGO ADIANTE MELHOR SE CONTEM E DECLARA:

S AIBAM, quantos este público Instrumento virem, que, no corrente ano de dois mil e vinte (2.020), aos vinte e sete (27) dias do mês de julho, nesta cidade e comarca de Olinda, Estado de Pernambuco, em meu Cartório, à Avenida Getúlio Vargas, nº 904, no bairro de Bairro Novo, perante mim, Tabelião Público, compareceu como **OUTORGANTE, SHIFT COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO E PAPELARIA EIRELI**, com sede à Rua Ananias Lacerda de Andrade, nº 68, loja 01, Jardim Caetés, na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco, CEP: 53560-550, inscrita no CNPJ sob o nº 31.059.319/0001-16, neste ato representada por sua administradora, **MARIA DE FATIMA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 23780997-5-SESP/RJ, e CPF, nº 707.456.414-15, residente e domiciliada na 2ª Travessa Edilásio de Lima Mendes, nº 68, Casa Caiada, CEP: 53130-222, nesta Cidade. A presente juridicamente capaz, por sua representante, reconhecida e identificada como a própria por mim, Tabelião, à vista dos documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E, na minha presença, por ela, me foi dito que, por este instrumento e nos termos de Direito, nomeia e constitui seu bastante procurador: **MARCO CARDIM PRATES**, brasileiro, solteiro, representante comercial, portador da Carteira de Identidade nº 4432619-SSP-PE, e CPF, nº 847.431.824-68, residente e domiciliado na 2ª Travessa Edilásio de Lima Mendes, nº 79-A, Casa Caiada, CEP: 53130-222, nesta Cidade, a quem confere poderes para: **PRIMEIRO**: gerir e administrar a firma Outorgante, podendo representá-la ativa e passivamente em juízo ou fora dele, inclusive Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento para o que outorga poderes das cláusulas "ad judicium" e "ad negocia" para o foro em geral, podendo propor ações, delas, desistir, acordar, concordar, discordar, transigir, afirmar, fazer e aceitar propostas e conciliação, usar de todos os meios e recursos permitidos pela Lei, passar e aceitar recibos e quitações, tudo fazer, promover, requerer, assinar, pagar taxas, fazer declarações, prestar termos de compromissos e de responsabilidades, apresentar, juntar e retirar quaisquer documentos; **SEGUNDO**: representar a Outorgante perante as repartições públicas federais, estaduais, municipais, Prefeituras Municipais, inclusive da cidade do Recife, e autarquias em geral,



Serviço Notarial

Dr. FRANCISCO GOMES FERREIRA - Tabelião Público
 CONCEIÇÃO PATRÍCIA LOUREIRO SOUZA - Tabelião Substituto
 ANTONIO LEITE LOUREIRO NETO - Tabelião Substituto
 JOSÉ ERIVALDO LOPES GOMES - Tabelião Substituto

Francisco Gomes

3º Ofício de Notas de Olinda

Avenida Getúlio Vargas, nº 904 - Bairro Novo - Olinda - Pernambuco - Brasil - CEP 53030-010
 Fones: (81) 3429.0481 - 3439.1202 - Fax: (81) 3439.4002 - E-mail: cantorfranciscogomes@hotmail.com

rir, requerer, assinar, pagar taxas e multas, passar e aceitar recibos e quitações, fazer declarações, prestar termos de compromisso e de responsabilidade, apresentar, juntar e retirar quaisquer documentos, assinar termos de transferências, fazer declarações e requerimentos, requerer 2º Via do DUT e de quaisquer outros documentos relacionados com veículos de propriedade da Outorgante. **SEXTO:** apresentar, juntar e retirar quaisquer documentos, nomear e constituir advogado legalmente habilitado, com todos os poderes da cláusula "ad judicia" para o foro em geral, este que dou por firme e valioso. A prática dos atos aqui outorgados, quando exercidos pelo representante da outorgante, ou por qualquer outro procurador, não invalida nem revoga a presente procuração. Em fé da verdade, assim o disse e outorgou, sendo-lhe esta lida, aceita e assina. Dispensada a presença de testemunhas, nos termos do § 5º do art. 215 do Código Civil de 2002. Em conformidade com a Instrução Normativa nº 007/96 de 27/12/1996 - TJ/PE., que disciplina a cobrança, o recolhimento e o controle de Taxas, Custas e Emolumentos no âmbito do Poder Judiciário e os artigos 1º, 25, 27 e 29 da Lei Estadual nº 11.404 de 19.12.1996, foi depositada em Cartório, nesta data, a Taxa pela utilização dos Serviços Notariais ou de Registros (TSNR) no valor de R\$ 13,70; cobrados emolumentos no valor de R\$ 61,67; Valor do Fundo Especial de Registro Civil (FERC) R\$ 6,85; valor de (FERM) R\$ 0,69; Valor de (EUNSEG) R\$ 1,37 e ISSQN = R\$ 3,08. Guia SICASE - Documento nº 0012240021. Consulte a autenticidade do selo: **0077651 OKP07202001 02783**, no site www.tjpe.tus.br/selodigital. Eu, **Rafael Gomes de Oliveira**, escrevente autorizado, a digitei. E eu, **FRANCISCO GOMES FERREIRA**, Tabelião Público, subscrevi, em testemunho da verdade. Dou fé. (aa) **MARIA DE FATIMA DOS SANTOS** // . Esta conforme o constante do livro e folhas a que me reportei no início. Dou fé.


SUBSCREVO E ASSINO

Olinda, 27 de julho de 2.020.

Em testemunho () da verdade.

Antonio Leite Loureiro Neto
 Antonio Leite Loureiro Neto
 Tabelião Substituto

SECRETARIA NOTARIAL FRANCISCO GOMES
 Dr. FRANCISCO GOMES FERREIRA
 Tabelião Público
 CONCEIÇÃO PATRÍCIA LOUREIRO SOUZA
 Tabelião Substituto
 ANTONIO LEITE LOUREIRO NETO
 Tabelião Substituto
 JOSÉ ERIVALDO LOPES GOMES
 Tabelião Substituto
 Rua B. Novo - Olinda - CEP 53030-010


 GUIA: 0012240021
 SELO DIGITAL: 0077651 OKP07202001 02783
 EMISSÃO: 27/07/2020 09:45:00
 EMISSOR: RAFAEL GOMES DE OLIVEIRA
 Consulte a validade no site <http://www.tjpe.tus.br/selodigital>



SERVIÇO DE NOTAS

serviço de gerenciamento da execução de manutenção preventiva e corretiva de 1.503 veículos/equipamentos próprios do Governo do Estado de Pernambuco...

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Ata de Registro de Preços nº 027/2020-GAB/SDS; ORIGEM: PL 0079.2018.CPL-II/SDS, PE 0030.DAG-SDS; OBJETO: Eventual aquisição de equipamentos de proteção individual para suprir os órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social...

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Contrato Nº 055/2020-GAB/SDS, OBJETO: Aquisição de material de uso laboratorial para suprir a demanda dos Institutos e Unidades Regionais da Polícia Científica (Salgueiro, Arcoverde, Nazaré da Mata, Afogados da Ingazeira, Caruaru, Petrolina, Ouricuri, Garanhuns e Palmares)...

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Contrato Nº 054/2020-GAB/SDS, OBJETO: Prestação de serviços de contagem de pontos de função em sistemas e aplicativos, visando atender as demandas de conferência de pontos de função referente ao desenvolvimento dos sistemas da Gerência Geral de Polícia Científica (GGPOC)...

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Contrato Nº 051/2020-GAB/SDS, OBJETO: Fornecimento de materiais de construção, elétricos e hidráulicos, visando atender às necessidades do Centro Integrado de Operações de Defesa Social-CIODS...

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Contrato Nº 050/2020-GAB/SDS, OBJETO: Fornecimento de materiais de construção, elétricos e hidráulicos, visando atender às necessidades do Centro Integrado de Operações de Defesa Social-CIODS...

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Ata de Registro de Preços nº 028/2020-GAB/SDS; ORIGEM: PL 0042.2020.CPL.IPE.0032.DAG-SDS, PE 0032.2020.DAG-SDS; OBJETO: Aquisição eventual de água mineral para a Secretaria de Defesa Social...

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

AVISO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2020.CELLPE0021.SDA Aquisição de 04 Cámaras Frigoríficas e 04 Mesas Inox, para atender às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Agrário...

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Extrato de Rescisão Amigável do Contrato nº 008/2018 CONTRATADO: DIBASA COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA EPP. OBJETO: rescisão amigável do Contrato nº 008/2018, cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) elevador instalado nas dependências do Marco Pernambuco de Moda...

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0198.2019.CCPLPE-XI.PE.0139, SAD CONTRATO DE ADESAO Nº 003.2020.075.SETRA.001 CONTRATANTE: Secretaria de Administração do Estado CONTRATADA: Maxifrota Serviços de Manutenção de Frotas LTDA...

e Recursos Hídricos. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de gerenciamento do abastecimento de veículos/equipamentos do Governo do Estado de Pernambuco...

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020-CPL I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020 - PROCESSO PEINTEGRADO Nº 0019.2020.CPL.LPE.0005.SETRA.DER-PE. OBJETO: Aquisição de insumos para realização de serviços de tapa buracos nas vias de acessos ao município de Saranhã, em Pernambuco...

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020-CPL I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020 - PROCESSO PEINTEGRADO Nº 0018.2020.CPL.LPE.0004.SETRA.DER-PE. OBJETO: Aquisição de insumos para realização de serviços de tapa buracos nas vias de acessos ao município de Arcoverde, em Pernambuco...

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS

Quinto TA do Contrato nº 009/2016, CONTRATANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS - SIRH. CNPJ nº 32.535.558/0001-68 CONTRATADA: JR Partner Informática Locação e Eventos Ltda EPP...

SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0198.2019.CCPLPE-XI.PE.0139, SAD CONTRATO DE ADESAO Nº 003.2020.053.SERES.001 CONTRATANTE: Secretaria de Administração do Estado CONTRATADA: Maxifrota Serviços de Manutenção de Frotas LTDA...

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0198.2019.CCPLPE-XI.PE.0139, SAD CONTRATO DE ADESAO Nº 003.2020.045.SEMAS.001 CONTRATANTE: Secretaria de Administração do Estado CONTRATADA: Maxifrota Serviços de Manutenção de Frotas LTDA...

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0198.2019.CCPLPE-XI.PE.0139, SAD CONTRATO DE ADESAO Nº 003.2020.104.SEMASCONV2.001 CONTRATANTE: Secretaria de Administração do Estado CONTRATADA: Maxifrota Serviços de Manutenção de Frotas LTDA...

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

5ª TA ao CPS nº 014/2016. Contratante: SEPLAG/PE. Contratada: EMPRESA DM SERVICOR AR CONDICIONADO LTDA-CNPJ nº 05.913.919/0001-90...

SECRETARIA DE SAÚDE

AV. DE LICITAÇÃO - PROC. Nº.0933/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº.0182/2020 - OBJ: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ANTI HIPERTENSIVO I...

SECRETARIA DE SAÚDE

AV. DE LICITAÇÃO - PROC. Nº.1571/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº.0487/2019 - OBJ: Registro de Preços para o fornecimento eventual de Material Hidráulico, Para atender às demandas de toda a Rede Hospitalar da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco...

SECRETARIA DE SAÚDE

AV. DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - PROC. Nº. 0897.2020 - PE Nº. 0187.2020 - OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS SÓLIDOS...

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2019.EMPRESA: MEGA SOLUÇÕES CIENTÍFICAS E LOCAÇÃO LTDA. CNPJ(MF): 12.006.330/0001-20.OBJETO: prorrogação do prazo de vigência/VIGÊNCIA: 08/10/2020 a 07/10/2021...

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 208/2018.EMPRESA: WALTER LOPES ENGENHARIA LTDA.CNPJ(MF): 05.275.604/0001-64. OBJETO: Prorrogação dos serviços de engenharia para reforma e ampliação do Hospital Agamenon Magalhães...

EXTRATO DE ERRATA

Ne Extrato Do 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2015, Celebrado entre a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO-HOSPITAL MESTRE VITALINO, publicado no DOE:07/07/2020

ONDE SE LÊ: 11º TERMO ADITIVO

LEIA-SE: 12º TERMO ADITIVO

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0198.2019.CCPLPE-XI.PE.0139, SAD CONTRATO DE ADESAO Nº 003.2020.054.SETUR.001 CONTRATANTE: Secretaria de Administração do Estado CONTRATADA: Maxifrota Serviços de Manutenção de Frotas LTDA...

Publicações Municipais

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ

A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido Processo Licitatório nº 030/2020 - Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 028/2020 - resolvem publicar os preços registrados para contratação eventual aquisição de forma parcelada, sob demanda de UTENSÍLIOS DESCARTÁVEIS para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Gravataá-PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravataá-PE, no prazo de vigência de 12 meses...

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ

A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido Processo Licitatório nº 029/2020 - Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 027/2020 - resolvem publicar os preços registrados para contratação eventual para aquisição sob demanda de Equipamentos e Suprimentos de Informática para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Gravataá-PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravataá-PE, no prazo de vigência de 12 meses...

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ

A Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, em face do resultado obtido Processo Licitatório nº 029/2020 - Pregão Eletrônico CEL/FMS nº 027/2020 - resolvem publicar os preços registrados para contratação eventual para aquisição sob demanda de Equipamentos e Suprimentos de Informática para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Gravataá-PE, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Gravataá-PE, no prazo de vigência de 12 meses...

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA

A Prefeitura Municipal de Alagoinha - PE, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, realizará entre os dias 15 de setembro de 2020 e 29/10/2020, no horário das 08:00h às 13:00h no prédio sede da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes à Rua Padre João Ribeiro, nº 146, Centro, Alagoinha - PE, CEP 55280-000, o recebimento das inscrições destinadas a Seleção de empresas artísticas e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, para fornecimento de subsídio, instituído pela Lei Adm. n.º 16 de 2019, no âmbito do Edital nº 001/2020...